



A revista 'Criança' e a seção 'Carta ao Professor': confluências entre o 'diálogo' e as práticas preteridas (1996-2002)

Wanessa Gorri de Oliveira e Elaine Rodrigues*

Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Avenida Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil.
*Autor para correspondência. E-mail: nessag12@hotmail.com

RESUMO. O artigo elege a revista *Criança do Professor de Educação Infantil*, como tema, fonte e objeto para a escrita da história, considerada, por nós, uma amostra que perpassa a institucionalização da educação infantil no Brasil. O objetivo geral voltou-se à interpretação da seção 'Carta ao Professor', utilizada, prioritariamente, para anunciar cada uma das edições, bem como, comunicar diversas ações e temáticas inerentes à educação infantil. Para explorar essa seção, propomos duas categorias centrais: o professor de educação infantil como partícipe da elaboração da revista e, a revista *Criança* como mecanismo de orientação das práticas a serem desenvolvidas por professores de educação infantil. Para tanto, as edições entre os números 29 (BRASIL, [ca.1996]) e 37 (BRASIL, 2002b), condizentes aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso como presidente da República, deram corpo às discussões que priorizaram a forma e o conteúdo das Cartas ao Professor. Destaca-se que as cartas anunciam ser o professor de educação infantil criativo, reflexivo e responsável por propagar a qualidade na educação infantil. Conclui-se apontando que a revista *Criança* apresenta diversas possibilidades de escrita da história aos historiadores da educação.

Palavras-chave: educação infantil, revista *Criança do Professor de Educação Infantil*.

The journal 'Children' and its section 'letter to the teacher': convergences between dialogue and discarded practices (1996-2002)

ABSTRACT. The magazine 'Children', published for the teacher of early childhood education, has been selected as theme, source and object for history writing since it is a sample that pervades the institutionalization of education in early childhood in Brazil. The aim of current paper is the interpretation of the section titled 'Letters to the Teacher', used primarily to advertise each editions and to inform on activities and themes related to education in early childhood. Two main categories are proposed, or rather, the teacher in the education of early childhood as a participant in the drafting of the magazine and 'Children' as a tool for the guidance of practices that may be developed by teachers. The issues between numbers 29 (BRASIL, [ca.1996]) and 37 (BRASIL, 2002b), within the two terms of Fernando Henrique Cardoso's administration, triggered discussions that prioritized the form and contents of the section 'Letters to the Teacher'. The letters highlight that teachers should be creative, reflective and responsible for spreading quality in the praxis of education in early childhood. Results show that the magazine 'Children' provides several approaches to the writing of history for the historians of Education.

Keywords: education in early childhood, Children education in early childhood.

Introdução

Olhando-se para a estante de uma escola, geralmente ali se nota a presença de uma revista pedagógica. Então cabe interrogar: qual é a serventia de uma revista pedagógica ou, melhor dizendo, qual é a sua serventia a um historiador da educação? embora sejam genéricas as perguntas, cabe responder que são múltiplas as possibilidades de utilização de uma revista pedagógica. Mesmo sendo múltiplas as possibilidades, sem dúvida, uma das mais belíssimas e ricas, ao historiador da educação, é tomá-la como

tema, como fonte e como objeto investigativo, pois acena para a diversidade de temáticas possíveis de serem submetidas a uma operação historiográfica, ou seja, é um meio que permite uma multiplicidade de leituras do passado, leituras essas não destituídas de imparcialidade.

Parafraseando Le Goff (2003), perceber a pseudoverdade dos documentos/revista para a escrita da história é essencial para que o historiador não seja ingênuo. Pois bem, se uma revista pedagógica, como documento, não exprime verdade, o que ela exprime?

Autoras como Biccás (2008), Lopes e Galvão (2001) e Rodrigues (2010; 2012) denotam que um dos elementos expressos é o lugar social de produção dos sujeitos, das instituições e/ou dos grupos que tornaram possível a existência material desses documentos/revistas. Ainda assim, continuando a questionar: o que esse lugar social tem a ver com os conteúdos veiculados? Esse lugar tem tudo a ver, pois que, por seus limites, desenha as fronteiras discursivas, bem como traça meios de convencimento, a respeito de seus conteúdos, ao público leitor.

Nesse viés, buscamos transitar pelo lugar de produção da revista *Criança do Professor de Educação Infantil*, tal como publicada em consonância com os objetivos do Ministério da Educação-MEC, para expor uma leitura do passado, nos anos de 1996 a 2003 (edições entre os números 29 e 37). Essa leitura lança luz à seção inicial, intitulada 'Carta ao Professor'.

Assim, concordamos com Lopes e Galvão (2001) quando explicitam que um determinado documento/fonte não faz história, pois que, na realidade, são as perguntas feitas ao material que lhe conferem sentido. Complementando esse entendimento, a partir desta seção algumas problematizações deram suporte e sentido à organização de nossas reflexões, a saber: de que forma a revista *Criança* buscou estabelecer diálogo com os leitores/professores de educação infantil? Como o Ministério da Educação-MEC, mediante a Coordenação Geral de Educação Infantil, confeccionou a noção de prática pedagógica via 'Carta ao Professor'? Que principais órgãos e/ou sujeitos assinaram essas cartas? Qual é o objetivo central de incluir essas cartas na revista?

Visando mapear supostos caminhos para compreender essas perguntas, organizamos o estudo em três partes. Na primeira parte situamos a fonte de investigação, destacando suas características centrais. Na segunda parte, analisamos a seção 'Carta ao Professor', priorizando sua forma e seu conteúdo mediante duas categorias estabelecidas para nortear as reflexões: o professor de educação infantil como partícipe da elaboração da revista e a revista *Criança* como mecanismo de orientação às práticas a serem desenvolvidas por professores de educação infantil. Por fim, finalizamos a discussão e apontamos para a diversidade de temáticas a serem investigadas dentro desse periódico pelos historiadores da educação.

Situando a revista *Criança*

Para situar o lugar de produção da revista *Criança do Professor de Educação Infantil*, frisamos que é um periódico publicado em correspondência com os

objetivos do Ministério da Educação-MEC e destinado aos profissionais responsáveis pela educação das crianças do país desde maio de 1982. Atualmente, encontra-se em sua 46ª edição (BRASIL, 2008), publicada em dezembro de 2008, ainda no governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Segundo Carvalho (2007), a revista *Criança* nasceu em 1982, quando a educação pré-escolar se vinculava ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), sendo que as políticas públicas desse período traziam, em sua tônica, a continuidade da conjuntura oriunda da ditadura militar.

A autora salienta que esse periódico objetivou constituir-se como um canal de comunicação com os profissionais responsáveis pela educação de crianças, enfatizando as conquistas, debatendo a prática pedagógica em sala de aula, constituindo-se como um instrumento de formação inicial e continuada, primeiramente para os monitores do Mobral e, posteriormente, para os professores de educação infantil das instituições públicas de ensino.

Ao verificarmos o objetivo dessa revista, após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – BRASIL, 1996) (Lei Federal n.º 9.394/1996) (ou LDB de 1996), identificamos que seu intento em contribuir para a formação inicial e continuada dos profissionais que trabalhavam com as crianças se manteve, mas com um diferencial: a educação infantil é incluída como primeira etapa da educação básica brasileira e, como tal, acaba exigindo uma formação 'nova' ao profissional de educação infantil, profissional que deixa de ser, legalmente dizendo, um monitor/cuidador (sem formação específica), devendo tornar-se profissional capacitado também para a educação, para assim garantir meios para consolidar a educação de crianças de zero a seis anos na dupla relação entre cuidar e educar.

Ao volvermos a atenção aos estudos de Alcântara (2005), de Carvalho (2006), de Silva (2006) e de Oliveira (2011), que tomam a revista *Criança* como objeto investigativo, podemos precisar uma visão geral da consonância desse periódico com quatro marcos das políticas públicas e/ou direcionamentos oficiosos voltados ao campo educacional, a saber: (i) a educação pré-escolar vinculada ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (da edição n.º 1 de 1982 à edição n.º 14 de 1985); (ii) momento antecedente à aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei Federal n.º 9.394/1996), responsável por legalizar a educação infantil como

primeira etapa da educação básica (da edição n.º 15 de 1986 à edição n.º 28 de 1995); (iii) legalização da educação infantil pela LDB de 1996 (BRASIL, 1996) nos seus artigos 21, 29, 30 e 31 (da edição n.º 29 de [ca.1996] à edição n.º 42 de 2006); e (iv) a educação infantil pós-LDB de 1996, pelas transformações geradas pela Lei Federal n.º 11.274/2006 (BRASIL, 2006), que altera a duração da educação infantil de seis anos para cinco anos de duração (da edição n.º 43 de 2007 à edição n.º 46 de 2008).

Concomitantemente, enfatizamos que, dentro do governo presidencial de Dilma Rousseff, iniciado em 1º de janeiro de 2011 e permanecendo até a atualidade (agosto de 2014), nenhuma edição do periódico foi divulgada. Esse fato pode ter ocorrido pela característica da não periodicidade regular da revista, conforme ressalta Carvalho (2007). Na concepção da autora, a revista *Criança* não possui periodicidade regular, pois reflete os interesses da política oficial da área. Mesmo assim, contudo, ao direcionarmos atenção às propostas do referido governo Dilma Rousseff, não podemos dizer ou deduzir que a educação infantil não foi contemplada e/ou alvo de atenção específica que merecesse um número novo da revista.

A título de exemplo, mencionamos a Lei Federal n.º 12.796/2013 (BRASIL, 2013), que altera, entre outros artigos, o artigo 4º, inciso I, da LDB de 1996 (BRASIL, 1996), estabelecendo a obrigatoriedade e a gratuidade da educação básica dos 4 aos 17anos de idade, ou seja, a educação infantil, no que tange à pré-escola, tornou-se obrigatória às crianças a partir do quarto ano de idade.

Mesmo diante da não periodicidade da revista *Criança*, é permissível afirmar que é um dos periódicos oficiais que mais ilustrou o processo de institucionalização da educação infantil na sociedade brasileira, sobretudo no que se refere à sua inserção como primeira etapa da educação básica brasileira pela LDB/1996, constituindo-se como uma baliza para a formação inicial e continuada de professores de educação infantil, bem como para as suas práticas pedagógicas.

Concomitantemente à abordagem apresentada, salientamos que o foco da nossa investigação abarca as edições da revista *Criança* entre os n.º 29 (BRASIL, [ca.1996]) e 37 (BRASIL, 2002b), alinhadas ao período de vigência dos dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso (1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003). Sob o respaldo desse governo, a revista *Criança* divulgou inúmeras informações a respeito da educação infantil na LDB/1996 (BRASIL, 1996), ratificando-a como primeira etapa da educação básica, segundo a linguagem oficial.

Em linhas gerais, a revista *Criança*, editada como um dos meios de divulgação dos direcionamentos da Coordenação Geral de Educação Infantil, divulgou: (i) informações a respeito da educação infantil na LDB (BRASIL, 1996); (ii) discussões inerentes à alfabetização na pré-escola; (iii) a elaboração e a distribuição do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) (BRASIL, 1998a); (iv) a matemática na educação infantil; e (v) sugestões de projetos aos professores, dentre outras temáticas que participaram do construto da noção de educação infantil que se desenhou no cenário nacional sob vigência da LDB de 1996.

Convém destacar que, dentre o que foi divulgado pelo periódico, o RCNEI (BRASIL, 1998a) foi o mais debatido e apregoadado como documento-chave para a organização das ações pedagógicas, isso tendo ocorrido possivelmente por ser mencionado, pelo periódico, como um dos primeiros documentos oficiais inerentes à educação infantil, ‘capaz’ de subsidiar a elaboração de políticas públicas para a melhoria da qualidade de ensino (BRASIL, 1999b).

Além dessas colocações que situam a revista *Criança*, a título de esclarecimento, a Tabela 1, sobre os números da revista *Criança*, apresenta o número das edições, o ano e o mês de publicação, os responsáveis pela publicação, o número de páginas e o número de tiragem das nove edições utilizadas para a escrita deste artigo. Observe-se:

Tabela 1. Números da revista *Criança*.

n.º da revista	Ano e mês de publicação	Responsável pela publicação	n.º de páginas	Tiragem
29	não informado	Secretaria de Educação Fundamental do MEC com apoio da Unesco	40	120.000
30	não informado	Secretaria de Educação Fundamental do MEC com apoio da Unesco	40	130.000
31	Novembro/1998	Secretaria de Educação Fundamental do MEC com apoio da Unesco	44	120.000
32	junho/1999	Secretaria de Educação Fundamental do MEC com apoio da Unesco	44	120.000
33	Dezembro/1999	Secretaria de Educação Fundamental do MEC com apoio da Unesco	40	150.000
34	Dezembro/2000	Secretaria de Educação Fundamental do MEC	40	150.000
35	Dezembro/2001	Secretaria de Educação Fundamental do MEC	40	150.000
36	junho/2002	Secretaria de Educação Fundamental do MEC	40	150.000
37	Novembro/2002	Secretaria de Educação Fundamental do MEC	40	150.000

Fonte: Revista *Criança do Professor de Educação Infantil* do n.º 29 ao 37 (BRASIL, [ca.1996]; [ca.1997]; 1998b; 1999a e b; 2000; 2001; 2002a e b) - organização das autoras.

Notamos que a Secretaria de Educação Fundamental do MEC recebeu apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco) para a publicação das edições n.º 29, 30, 31, 32 e 33, sendo que, nas demais edições, não recebeu apoio de nenhum outro órgão. Verificamos também que não possui periodicidade fixa para as publicações, ficando cada edição a cargo dos interesses do momento político nacional vivido. O número de páginas variou entre 40 (edições n.º 29, 30, 33, 34, 35, 36 e 37) e 44 (edições n.º 31 e 32). Além dessa variação, a tiragem oscila na escala de 120.000 a 150.000 mil exemplares.

Segundo Oliveira (2011), esse periódico assemelha-se à estrutura dos demais impressos dessa categoria, como, por exemplo, a revista Nova Escola. Nas capas e nas contracapas identifica-se um material cuja textura é um pouco mais grossa se comparada às demais páginas de cada edição. O formato é de aproximadamente 27,5 cm de comprimento por aproximadamente 20,5 cm de largura. Então cada exemplar do impresso é de fácil manipulação, além de ser variável em sua estética, pois a capa e a contracapa são muito coloridas e chamam atenção imediata. Em contrapartida, as páginas internas, nas edições n.º 29, 32, 33, 34, 35, 36 e 37, foram impressas em preto e branco, sendo que, nas edições n.º 30 e 31, a impressão foi feita na escala de cores vinho e branca e verde e branca.

Na perspectiva de Oliveira (2011), as capas da revista, assim como a modelagem das páginas interiores, não apresentavam um conteúdo específico direcionado à formação teórica do professor de educação infantil, mas sugeria imagens semelhantes às que são produzidas por crianças, reportando-nos às práticas cotidianas desenvolvidas no ‘chão da escola’. Com essa fala não estamos hierarquizando a teoria como a ‘rainha soberana’ que ‘governa’ a prática. Objetivamos, na realidade, apenas aproximar o leitor da impressão que o periódico causou em nós a partir de sua descrição, e manipulação. No mais, nas capas é comum aparecerem títulos e/ou palavras, enfim, frases inerentes aos conteúdos internos.

Caminhando a esse encontro, o que foi identificado nas capas é apontado, embora muito brevemente, no estudo de Alcântara (2005), quando salienta que essas imagens são constituídas a partir de produções artísticas e de fotos de crianças e de professores. Isso pode ser identificado em algumas edições. Corroborando esse entendimento da autora, a revista n.º 30, ao apresentar os órgãos e os sujeitos envolvidos com a publicação, insere uma nota com a seguinte redação:

Agradecemos às crianças e professores do ‘Colégio Santa Marcelina’, e da ‘Escola Mopyatá’, que nos cederam desenhos e escritos (BRASIL, [ca. 1997], p. 2, grifo da Revista).

Já Carvalho (2006) questiona-se, por exemplo, a respeito da narrativa imagética da capa e se essa narrativa estabelecia relações com o texto escrito. Diante do questionamento da autora, ao investigarmos as capas, verificamos a maioria delas objetiva demonstrar a produção artística das crianças. A única edição, dentre as nove utilizadas, a fazer referência ‘direta’ aos conteúdos internos possui uma arte que simula um arco-íris, confluindo para a matéria intitulada: ‘Como surge o arco-íris’, elaborada pela ganhadora do Prêmio Qualidade na Educação Infantil (MELO, 2002).

Ademais, na perspectiva de Carvalho (2006), entre as edições n.º 29 (BRASIL, [ca.1996]) e 37 (BRASIL, 2002b), edições que englobadas por este nosso artigo, prevalecem as imagens que dão visibilidade às obras de arte, tanto as criadas pelos infantis, como as obras de artistas já reconhecidos, demonstrando as características das capas, mas não se atendo com profundidade a esse quesito.

Para arrematar a questão do suporte material que faz viver o *corpus* do periódico, sustentamo-nos na perspectiva de Chartier (1991), quando informa que os textos escritos não se põem aleatoriamente, pois a estrutura imagética de cada texto comunica uma mensagem para além de uma definição puramente semântica. Dito de outra forma, um texto muda sua significação, seu valor e/ou sua importância a partir do processo de sua criação e composição e, nesse processo, as imagens são essenciais. Ademais, nos liames de criação e composição de um texto está aquilo que Chartier (1991) denomina ‘dispositivos do objeto tipográfico’, que é o que dá sustentáculo à leitura.

Na medida em que sugerimos um olhar interno à revista *Criança*, respaldamo-nos em Nóvoa (2002) quando denota que o *corpus* de cada publicação periódica possui um estatuto muito singular, necessitando de atenção mais específica no processo de análise, por desempenhar função na configuração institucional do campo educacional, nas discussões de ideias pedagógicas, no desenvolvimento de práticas escolares, dentre outros motivos.

Objetivando uma abordagem interna da revista *Criança*, optamos por fazer uma seleção e lançar luz e reflexões em torno da seção ‘Carta ao Professor’, seção utilizada para balizar a interlocução entre leitor e revista, além de apresentar os conteúdos que

compõem o *corpus* de cada uma das edições. Destarte, convidamos você, leitor e leitora, a inserir-se um pouco no discurso fabricado pelas cartas aos professores dessas nove edições.

É relevante esclarecer o sentido atribuído à expressão ‘discurso fabricado’, na medida em que se relaciona com a noção da revista *Criança* como documento histórico. Na visão de Le Goff (2003, p. 535-536),

[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder [...].

Além disso, em concomitância com essa abordagem, descreve a relação entre documento e monumento, destacando que todo documento é monumento, por ter sido fabricado como esforço das sociedades históricas para impor ao futuro, de forma voluntária ou involuntária, imagem de si própria em determinado momento histórico repleto de relações de poder (LE GOFF, 2003).

Destarte, compreendemos a revista *Criança*, nas suas edições entre os anos 1996 e 2002, como um documento histórico fabricado a partir das relações de poder do Estado brasileiro como forma de demonstrar seus esforços em torno da efetivação da educação infantil como primeira etapa da educação básica. Desse modo, o que propomos é demonstrar, mesmo que de forma introdutória, parte dos esforços do MEC (via Coordenação Geral de Educação Infantil) direcionados aos professores de educação do país, sujeitos interpretados pelo periódico como capazes e responsáveis pela organização do trabalho pedagógico em sala de aula. Então, portanto, intentamos expor aos leitores o que a revista *Criança* sugeriu aos professores de educação infantil.

Especificidades da ‘Carta ao Professor’

A seção ‘Carta ao Professor’, presente nas nove edições, impressa a partir da segunda página da revista, objetivou introduzir cada edição na prática profissional dos professores de educação infantil. Além disso, a seção demonstra as especificidades de cada edição, que, embora confluentes para a educação infantil, possuem características diferenciadas, sobretudo no que se refere aos conteúdos veiculados.

Salientamos, na Tabela 2, sobre o/s responsável/is pela elaboração da seção ‘Carta ao Professor’, (i) os números das edições; (ii) o órgão ou sujeito responsável por elaborar a ‘Carta ao Professor’; e (iii) o nome da coordenadora geral de educação infantil e sua respectiva formação. Optamos por registrar os nomes das responsáveis pela coordenação geral de educação infantil, pois essa coordenação representa os direcionamentos que envolveram a elaboração geral do periódico.

Os dados ressaltados possibilitam tecer algumas reflexões. Primeiramente, com exceção da edição n.º 31 (BRASIL, 1998b), que não recebeu assinatura, todas as outras cartas foram assinadas ao final, da seguinte forma: equipe de coordenação de educação infantil (edições n.º 29, 30, 34, 35 e 37); coordenação geral de educação infantil (edições n.º 33 e 36); Gisela Wajskop (edição n.º 32), também coordenadora geral de educação infantil. Vinculada a essa questão, embora possa parecer uma obviedade apresentar esses dados, tivemos o cuidado de demonstrar a não uniformidade nessas assinaturas, embora seja coerente deduzir que todas tiveram, de certa forma, um vínculo com as coordenadoras gerais de educação infantil. Ainda com relação à edição n.º 31 (BRASIL, 1998b), embora não tenha sido assinada, a carta apresenta, se comparada, um padrão discursivo similar ao da edição n.º 30.

Tabela 2. Responsável/is pela elaboração da seção ‘Carta ao Professor’.

n.º da Revista	Órgão ou sujeito responsável pela elaboração da ‘Carta ao Professor’	Coordenadora geral de educação infantil	Formação
29	Equipe da coordenação de educação infantil	Ângela Maria Rabelo Ferreira	Doutora pelo Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília
30	Equipe da coordenação de educação infantil	Gisela Wajskop	Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
31	Não consta	Gisela Wajskop	Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
32	Gisela Wajskop	Gisela Wajskop	Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
33	Coordenação geral de educação infantil	Stela Maris Lagos Oliveira	Mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília
34	Equipe da coordenação de educação infantil	Stela Maris Lagos Oliveira	Mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília
35	Equipe da coordenação de educação infantil	Stela Maris Lagos Oliveira	Mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília
36	Coordenação geral de educação infantil	Stela Maris Lagos Oliveira	Mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília
37	Equipe de educação infantil da Coedi	Stela Maris Lagos Oliveira	Mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília

Fonte: Revista ‘*Criança do Professor de Educação Infantil*’ do n.º 29 ao 37 (BRASIL, [ca.1996]; [ca.1997]; 1998b; 1999a; 1999b; 2000; 2001; 2002a; 2002b) - organização das autoras.

Outro detalhe remete-nos à variação das representantes pela coordenação geral de educação infantil e suas respectivas formações. Considerando a formação maior de cada uma, a que possui relação integral com o campo da educação é Gisela Wajskop, sendo que Ângela Maria Rabelo Ferreira e Stela Maris Lagos Oliveira são, respectivamente, doutora e mestre em Psicologia.

Um dado interessante que atravessa a formação maior voltada à psicologia encontra-se na dissertação de mestrado intitulada: 'A Presença da Psicologia na Educação Infantil: análise das produções da Revista Criança/MEC', elaborada por Alcântara (2005). O estudo investigou a presença da psicologia na educação infantil nas edições n.º 30 (BRASIL, [ca. 1997]) e 37 (BRASIL, 2002b), identificando que cerca de 69,23% das produções do periódico apresentavam um vínculo com esse campo do saber. Esse dado é pertinente porque, das edições contempladas neste artigo por nós, Alcântara (2005) não investigou apenas a edição n.º 29.

O dado elencado vincula-se à visão de Rodrigues (2010) ao pontuar que, ao manipular um periódico, é imprescindível perceber que veicula informações inerentes aos interesses de uma pessoa, de grupo de pessoas ou de uma instituição. Essa percepção é necessária a fim de que sua mensagem seja incorporada pelos leitores. Dito de outra forma, as informações divulgadas não são neutras nem imparciais. Assim, portanto, o construto em torno dos conteúdos relacionados à psicologia da educação pôde ter um vínculo com a formação das coordenadoras.

Tendo em vista a seção 'Carta ao Professor' e essa variação na coordenação geral de educação infantil, que jamais pode ser considerada neutra, dá-se destaque de centralidade a duas categorias¹, a saber: (i) o professor de educação infantil como partícipe da elaboração da revista e (ii) a revista *Criança* como mecanismo de orientação para as práticas a serem desenvolvidas por professores de educação infantil.

Ao indicar as duas categorias, possuímos a noção de que,

Em sua inteireza e completude, o passado nunca será plenamente conhecido e compreendido; no limite, podemos entendê-lo em seus fragmentos, em suas incertezas [...] (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 77).

Para tanto, o historiador da educação conta apenas um pedaço da história, já que o passado jamais poderá ser reconstruído em sua inteireza.

¹ Lopes e Galvão (2001, p. 95) advertem o historiador da educação para que dê inteligibilidade ao material utilizado na investigação. Nas palavras das autoras: "[...] uma das ferramentas mais importantes para que isso ocorra é o necessário estabelecimento de categorias [...]"], ou seja, o estabelecimento de categorias não permite apenas a descrição do documento.

Por conseguinte, conforme o esclarecimento de Biccás (2008), o historiador da educação, ao selecionar um impresso como fonte de pesquisa, possui um grande desafio em suas mãos, pois opera com inúmeras áreas de fronteira, devendo considerar as várias formas de compreender uma mesma questão para visualizar todos os sentidos para os quais a imprensa oficial foi utilizada. Nesse viés, buscamos expor o que as cartas ao professor revelam a respeito de como a revista *Criança* foi utilizada pela coordenação geral de educação infantil para se reportar ao professor de educação infantil.

O professor de educação infantil como partícipe da elaboração da revista

A centralidade dada à participação dos professores na elaboração do periódico aparece diluída de diversas formas. Sem perseguir uma visão ingênua, relativamente, toda convocação à participação dos professores na elaboração do periódico se 'encaixa' nos objetivos da revista e do 'projeto educacional para a nação'. É muito comum o impresso reafirmar-se como dotado da capacidade de formar, instruir e divulgar informação aos professores, convidando-os constantemente a participarem.

No bojo desses apontamentos, um questionamento emerge como 'pano de fundo' para esse estudo: Como esse professor é representado pela revista *Criança*? Duas das marcas mais evidenciadas nas cartas ao professor denotam o professor como ser 'criativo', construtor de sua prática e a questão de 'gênero'.

Concomitante ao exposto, a revista n.º 29 (BRASIL, [ca.1996]) exemplifica a valorização do professor como ser criativo quando anuncia que o Brasil é um país de dimensões continentais, dotado de diversidade cultural. Logo, por essa diversidade cultural, os professores possuem a 'possibilidade de criar' formas diferenciadas de pensar, de sentir e de atuar na sociedade, ressaltando que todo o projeto educativo corresponde a um projeto de nação, na medida em que diz respeito ao lugar e às possibilidades de realização pessoal de cada um de seus habitantes. Por sua vez, a edição n.º 32 (BRASIL, 1999a) inicia a 'Carta ao Professor' assim: "Caro Professor, Este número é dedicado à criação! De adultos, crianças e professores..." (BRASIL, 1999a, p. 2). Nessa mesma carta, observamos que:

Emoldurando os textos escritos, a obra *Abaporu*, de Tarsila do Amaral, e *Índia Tapuia*, de Eckhout, sugerem mãos à obra para o despertar de sua própria criação e autoria ao lado de seus alunos. Aguardamos os resultados para publicá-los nas próximas edições (BRASIL, 1999a, p. 2, grifo da Revista).

A questão de gênero é algo explícito. Embora o próprio nome do periódico *Revista Criança do Professor de Educação Infantil* faça alusão ao gênero masculino, em sua maioria prioriza a professora e não o professor. Vejamos uma fala que demonstra esse fato:

[...] pensamos que a revista *Criança* deve subsidiar o trabalho de muitíssimas e dedicadas professoras e de poucos e interessados professores [...] (BRASIL, [ca.1996], p. 2, grifo na Revista).

Pela maior quantitativa de professoras, no interior dos conteúdos é visível a expressão professora e não professor.

Então, portanto, quanto ao nosso questionamento de Como esse professor é representado pela Revista *Criança*?, respondendo temos que manter em ênfase a noção de que esse profissional é um ser criativo, reflexivo e ‘produtor autônomo’ de sua prática e que, na maioria das vezes, é representado pelo gênero feminino.

Diante do exposto, continuaremos. Torna-se perceptível que o professor, por ser criativo, é conclamado a participar e a contribuir para a elaboração da revista. O próprio periódico salienta a participação dos educadores na elaboração da revista, sugerindo que o façam a partir do aprendizado balizado por edições anteriores. O fragmento abaixo demonstra um exemplo que ilustra tal afirmativa:

Muito prazeroso para a equipe da Coordenação de Educação Infantil foi um relato de uma professora que, ao ler o artigo ‘Ícones’ da Revista *Criança* de número 29, animou-se em publicar a sua experiência com projetos sobre o tema, resultando no artigo ‘Colecionando símbolos, ícones e logotipos’ (BRASIL, [ca. 1997], p. 2, grifo na revista).

Não apenas nessa fala, mas no escopo geral das seções de ‘Carta ao Professor’, é comum ter a sensação de que o periódico veiculou um princípio motivacional, mediante, sobretudo, a utilização de expressões que inseriam a ideia de que o professor precisava demonstrar coragem para expor suas práticas/criatividade dialogando com a revista e, conseqüentemente, com o MEC. A ‘Carta ao Professor’ da Revista (BRASIL, 1998b) motiva/encoraja sutilmente os professores a publicarem, ou seja,

Consoante com a linha editorial da revista, buscamos trazer experiências inovadoras desenvolvidas por professores junto às crianças com as quais trabalham, procurando contribuir com sua prática docente ‘e, simultaneamente, encorajá-los a nos enviar a sua contribuição’ (BRASIL, 1998b, p. 2, grifo nosso).

Conforme o exposto, todas as edições contempladas neste artigo apresentam a característica

de ansiar pela participação/diálogo com os professores. Convém pontuar que, em específico, as edições n.º 34 (BRASIL, 2000), 35 (BRASIL, 2001) e 37 (BRASIL, 2002b) demonstram um padrão para efetivar o ‘estímulo’ à participação dos professores. O referido estímulo fora posicionado com maior evidência no último parágrafo para encerrar a carta, enfatizando que o periódico estava aberto para recepcionar publicações, experiências, artigos e relatos, sugerindo também, aos professores, o retorno a respeito da qualidade do material publicado. Encerrar a ‘Carta ao Professor’ ratificando a necessidade de participação dos professores ressoa, para nós, como uma estratégia de convencimento da primazia do professor como sustentáculo da linha editorial do periódico, assim como emana a ideia de que o periódico está em aberto.

A sensação de abertura é exemplificada por meio de um fragmento retirado do último parágrafo da ‘Carta ao Professor’ da edição n.º 34 (BRASIL, 2000, p. 2, grifo na Revista):

Desejamos que a leitura desse número *Criança* (sic) contribua para o seu trabalho e reafirmamos que a Revista continua aberta para publicação de artigos, relatos e sugestões.

Isso confluí para a busca pelo estabelecimento do diálogo pela revista. De um lado temos a convocação à participação aos professores e, do outro, temos a devoluta de que eles estão sendo ouvidos e atendidos em seus anseios e necessidades. Nesse sentido grifamos que:

A revista *Criança*, instrumento de divulgação e de interlocução da Coordenação Geral de Educação Infantil com você, professor, selecionou, para publicar neste número, matérias que consideram as suas demandas, ouvidas por nós em diferentes situações e por diversos meios: eventos, correspondências enviadas por endereço eletrônico e correio, e em contatos pessoais [...] (BRASIL, 2002a, p. 2, grifo na Revista).

Durante o discurso, analisamos que a revista se apresenta como mediadora de um diálogo com os professores de educação infantil, visto que, por intermédio das necessidades por eles apresentadas, é que o respectivo periódico ‘responde’ aos seus anseios, confluindo, sobretudo, para a formação profissional, sociocultural e prática pedagógica. Em outras palavras, a impressão passada é a de que esse profissional da educação está sendo ouvido e auxiliado no processo contínuo de formação pedagógica, assim como seria ele a peça fundamental que emana vida às páginas do periódico. Além disso, deixa transparecer que o avanço das publicações volta-se à ‘avaliação’ dos professores quanto à qualidade do material publicado.

Essa noção de diálogo é reafirmada pela ‘Carta ao Professor’ da edição n.º 33 (BRASIL, 1999b), quando apresenta a criação da seção cartas com o objetivo de responder a dúvidas e de firmar a cultura do diálogo entre leitores e revista. Nesse sentido, essa seção na edição n.º 34 (BRASIL, 2000) aparece intitulada ‘Diálogo com as Cartas Recebidas’.

Destaca-se que o gênero textual carta, utilizado para apresentar cada uma das revistas, pode propiciar uma sensação, aos leitores, de que há diálogo e participação ‘potencial’ e direta em sua elaboração, principalmente quando professores (genericamente) são convocados a participarem de sua estruturação – marca editorial da revista. Para esclarecermos o que pretendemos afirmar, utilizamos a visão de Chartier (1999, p. 84), quando expõe que:

[...] Benjamin observa até que pode nascer, com o cinema e o jornal, uma confusão de papéis entre produtor e consumidor. Nos jornais, a diferença entre redator e leitor se desmancha quando o leitor se torna autor, graças às cartas dos leitores.

Nessa perspectiva, o mesmo que Chartier (1999) denota das cartas dos leitores nos jornais, isso também se aplica a essa revista, à medida que apresenta a troca de papéis entre produtor e consumidor, buscando estabelecer ‘diálogos’ com os professores, instigando-os a participarem da edição seguinte, enviando observações, cartas e relatos para serem compartilhados, ou seja, o veio simbiótico entre produtor e leitor é algo que vislumbra uma das características mais marcantes da linha editorial da revista *Criança*, juntamente com as orientações às práticas a serem desenvolvidas por professores de educação infantil.

A revista *Criança* como mecanismo de orientação às práticas a serem desenvolvidas por professores de educação infantil.

No processo de manipulação das cartas ao professor entre as edições n.º 29 (BRASIL, [ca.1996]) e 37 (BRASIL, 2002b), notamos que grande parte da forma como cada uma das cartas organizou a apresentação dos conteúdos que compuseram o periódico visou orientar, de diversas maneiras, as práticas dos professores de educação infantil. Ao se remeter às práticas, a revista busca expor exemplos bem-sucedidos e, em sua maioria, relatados por professores, por secretários da educação, por pesquisadores, entre outros, que compartilharam suas experiências via esse mecanismo de comunicação.

Embora não seja o foco deste artigo, lançamos um esclarecimento: as orientações práticas envolvem a capacidade de o professor mobilizar os seus alunos a efetivamente participarem, na condição de agentes

primordiais, do processo de ensino-aprendizagem. Isso fica expresso quando o periódico faz alusão, por exemplo, à pedagogia por projetos como imprescindível para a organização didático-pedagógica das ações (OLIVEIRA, 2011). Por isso, a criatividade do professor é *modus operandi* essencial para o ‘sucesso’ das práticas.

Na ‘Carta ao Professor’ da revista n.º 29 (BRASIL, [ca.1996]) observamos que um dos objetivos centrais é subsidiar o estudo continuado e aprofundado do conhecimento considerado essencial para o pleno desenvolvimento e a socialização das pessoas. É nesse âmbito que o periódico indica instrumentos práticos ‘reflexivos’ aos professores. Em consonância com o exposto, a revista n.º 30 (BRASIL, [ca. 1997], p. 2), na ‘Carta ao Professor’, expôs que:

Nesse número a temática central é a formação do professor de educação infantil. Ao se pensar na formação desse profissional, é preciso ter claras as novas tendências, destacando-se o processo constante de reflexão, sistematização e avaliação da prática educativa.

A formação referenciada, tanto na Revista anterior quanto nessa, remete a uma formação que propõe um vínculo estreito com a ‘instrumentalização’ do professor, mediatizada pela reflexão, pela sistematização e pela avaliação da prática educativa, ou seja, pressupõe a participação direta dos professores na proposição de ações que venham atender às necessidades práticas que subjazem à sua formação pedagógica e às necessidades dos alunos.

A perspectiva de um educador reflexivo também é expressa na ‘Carta ao Professor’ da edição n.º 36 (BRASIL, 2002a). Nesse caso, a carta menciona dois autores que embasaram parte do conteúdo da revista, sendo Antônio Nóvoa e Philippe Perrenoud. Valorizou-se a relevância do registro reflexivo sobre a prática como meio que possibilita a autoria de conhecimentos. A profissional responsável por essa discussão foi Aricélia Ribeiro do Nascimento, assessora da coordenação geral de educação infantil e formadora nacional do programa parâmetros em ação, programa de formação continuada de professores e de especialistas (BRASIL, 2002b).

A ‘Carta ao Professor’ da revista n.º 32 (BRASIL, 1999a) ratifica essa tese quando ‘sugere’ que as experiências inovadoras publicadas por esse educador ‘reflexivo’ servem de contribuição à prática docente, anunciando, também, a brevidade da publicação do RCNEI, enfatizando, em seu primeiro parágrafo:

Caro Professor,

Em breve, você terá à disposição, para ler, reler, rabisar, pensar, discutir com seus colegas e utilizar 'como instrumento de trabalho' o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Este documento, a ser publicado em três volumes e que será distribuído para todos os que trabalham com crianças entre zero e seis anos em nosso país, inspirou os conteúdos deste número da revista. 'Os artigos aqui registrados visam apoiá-lo na compreensão e na transposição didática dos diversos conhecimentos propostos a serem trabalhados, de forma integrada, em creches e pré-escolas' (BRASIL, 1999a, p. 2, grifo nosso).

Averiguamos que o impresso apresenta certo entusiasmo quanto à entrega e à utilidade do RCNEI (BRASIL, 1998a), evidenciando que a organização da revista se inspirou nesse documento, como apoio aos professores na transposição didática dos conhecimentos. Na 'Carta ao Professor' da edição n.º 32 (BRASIL, 1999a), novamente se coloca em evidência a prática pedagógica, conforme podemos observar:

Após a farta distribuição do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil a todos os professores que atuam em creches e pré-escolas, tornou-se oportuno privilegiar, como tema de reflexão da 'prática pedagógica', as condições - humanas e materiais - que propiciam a autoria e a criação de crianças e adultos em interação, tal como no último artigo deste número (BRASIL, 1999a, p. 2, grifo nosso).

A carta da edição n.º 33 (BRASIL, 1999b) salienta algumas ações realizadas pela Secretaria de Ensino Fundamental em prol do estímulo a práticas educativas satisfatórias. Nas palavras da revista:

Várias ações deflagradas pela Secretaria de Educação Fundamental nos permitem comemorar duplamente os Dias da Criança e do Professor: uma delas foi a assinatura da Portaria que regulamenta a instituição do PRÊMIO QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL pelo Exmo. Sr. Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, no dia 8 de outubro. 'Com esse Prêmio, MEC, FUNDAÇÃO ORSA E UNDIME estarão juntos estimulando e valorizando práticas educativas exitosas em creches e pré-escolas que possam servir de referência e exemplo os demais profissionais da área'. Nesse número você encontrará o regulamento completo e as fichas necessárias para sua participação (BRASIL, 1999b, p. 2, grifo nosso).

Mesmo não sendo foco deste artigo, discorrer sobre esse prêmio, esclarecimentos são essenciais. A edição da revista *Criança* n.º 33 (BRASIL, 1999b) foi fechada no mês de outubro do ano em vigência e lançada em dezembro do mesmo ano. Ao

verificamos com afinco o excerto posto em saliência, observamos a presença da primeira iniciativa da Secretaria da Educação Fundamental, consubstanciada pela Portaria n.º 1467-MEC, de 8 de outubro de 1999, que regulou o Prêmio Qualidade na Educação Infantil, portaria essa que foi apresentada pela respectiva revista (BRASIL, 1999b).

Esse projeto visou premiar projetos educativos desenvolvidos com crianças entre zero e seis anos de idade em creches e pré-escolas da rede pública de ensino que realizam um trabalho que buscasse ampliar o universo cultural e a socialização da criança. Para que esse projeto se materializasse, o MEC contou com o apoio da Fundação Orsa² e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), conforme mostra o fragmento da 'Carta ao Professor'.

Nessa perspectiva, esse projeto, além de estimular os professores a relatarem suas práticas com as crianças, reservou um espaço, em algumas edições, para que o/s ganhador/es relatasse/m sua/s experiência/s 'comprovando' suas contribuições para com a educação infantil. Isso pode ser referenciado a partir da frase que anunciou o prêmio aos participantes em potencial, ou seja, 'Não é só em escola de samba que a criatividade e originalidade dão prêmio'. Essa frase representa o 'estímulo' à criatividade para balizar a prática pedagógica que o impresso transmitiu aos professores. Em síntese, o prêmio era comumente anunciado pelo periódico e transmitindo a ideia de 'modelo' a ser seguido pelos demais.

A edição n.º 34 (BRASIL, 2000) cita a solenidade que perpassou o prêmio. É, no entanto, a edição n.º 35 (BRASIL, 2001) responsável por trazer o relato intitulado: 'Prêmio Qualidade na Educação Infantil 2000: Por que cinza e não verde?', elaborado pela primeira colocada no prêmio, Maria Heloísa Veloso Maia Gutierrez, de Aracaju-Sergipe. A 'Carta ao Professor', ao fazer menção a esse relato, aponta:

[...] esse trabalho da professora Maria Heloísa Gutierrez relata as mudanças ocorridas em sala de aula com a ajuda da família e a participação efetiva das crianças (BRASIL, 2001, p. 2).

Novamente a ideia de modelo de prática 'exitosa' torna-se alavanca para a estratégia de convencimento inerente à iniciativa do professor de proceder para que a educação infantil se torne de qualidade. Nesse sentido, a 'Carta ao Professor' da edição n.º 34 (BRASIL, 2000) informa:

² A Fundação Orsa foi criada em 1994 e tem o escopo central focado no desenvolvimento de atividades sem fins lucrativos e por meio de programas e de projetos na área da educação, da saúde, da garantia dos direitos humanos, do meio ambiente, da cultura e da geração de empregos e renda. Nesse viés, sua contribuição pauta-se no fortalecimento das políticas públicas, assim como para a construção de uma sociedade sustentável.

Chegamos ao final de 2000 e talvez nunca como durante este ano se tenha investido tanto na formação do professor como fator primordial para uma ‘prática de qualidade na Educação’[...] (BRASIL, 2000, p. 2, grifo nosso).

Nesse viés, a carta apontou para as ações consideradas bem-sucedidas na educação infantil, mantendo a rotina de produção, mas enfatizando, com maior precisão, as iniciativas disseminadas pelo MEC em prol dessa etapa de ensino no ano de 2000. Não é de se estranhar que novamente averiguemos que o RCNEI (BRASIL, 1998a) é um dos documentos mencionados como crucial ao fazer pedagógico do professor de educação infantil. Discursivamente dizendo, esse documento é apresentado como essencial ao ‘sucesso’ das práticas educacionais - práticas entendidas como baseadas no saber fazer. Em outras palavras, o RCNEI é um artefato capaz de proporcionar ‘uma prática de qualidade na educação’.

Paralelamente ao que foi destacado até o momento, um dos liames centrais demonstrados pairou sobre a idealização feita da figura do professor e de seu fazer cotidiano, fabricando uma forma de pensar a educação infantil, cristalizando imagens da realidade educacional, imagens que foram transmitidas aos leitores/professores. Nesse viés, Bastos (2002) ratifica a imprensa periódica como um dispositivo para a reflexão, sobre as formas sobre as quais se estruturam os discursos a respeito do ser professor. Ser professor, para a revista *Criança*, exigiria a sensibilidade para perceber os encaminhamentos didáticos reflexivos imprescindíveis para que a criança se desenvolvesse plenamente. Além do exposto, é forte o veio apologético às questões legais e/ou políticas que regulamentam a educação infantil e indicam elementos para o construto de práticas exitosas.

A ‘Carta ao Professor’ da edição n.º 37 (BRASIL, 2002b) lança luz a questões políticas que envolvem o trabalho do professor, principalmente consubstanciadas pela entrevista concedida pela professora Stela Maris Lagos Oliveira, coordenadora geral da educação infantil, demonstrando as principais ações do MEC nessa área. Nessa entrevista, a professora cita as transformações geradas, sobretudo as geradas pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela LDB de 1996 (BRASIL, 1996) e pelo RCNEI (BRASIL, 1998a). Claramente o contexto histórico da década de 1980, berço da Carta Constitucional de 1988, o ECA e a LDB situam um momento de avanço na educação brasileira, no sentido de garantia à educação escolar

como direito público e subjetivo de cada criança. O RCNEI, por sua vez, como documento oficial que referencia a organização didática e pedagógica, é, sem dúvida, a carta curinga da revista para inserir-se como ‘modelo’ para a prática.

Considerações finais

Destacamos que a edição n.º 37 (BRASIL, 2002b) encerra o período de vigência do governo FHC (1995-2003). Por conseguinte, conforme a própria história política do Brasil nos mostra, o governo Fernando Henrique Cardoso findou-se dia 1º de janeiro de 2003, momento em que Luís Inácio Lula da Silva tomou posse como presidente da nação, ou seja, um pouco do registrado representa o projeto desse governo, por meio da coordenação geral de educação infantil, para com esse nível educacional e, sem dúvida, a revista *Criança* foi a divulgação principal para que esse projeto fosse comunicado.

Dessa forma, no decorrer deste prévio artigo, salientamos os aspectos que ilustraram a noção do periódico, via ‘Carta ao Professor’, para que os leitores pudessem/possam se apropriar do sentido que a revista *Criança* denotou quanto à participação ‘dialógica’ dos professores como interlocutores e/ou autores e quanto à sua prática profissional, engendrada a partir de um vínculo estreito com a formação dos professores, seja ela inicial ou continuada.

Os discursos provenientes da ‘Carta ao Professor’ são capazes de demonstrar o ideário do periódico ao posicionar o professor de educação infantil como o grande responsável por consolidar a proposta educacional para esse nível de ensino.

Priorizamos, neste artigo, apenas um recorte temático inerente às diversas possibilidades e aos diversos caminhos que indica aos pesquisadores. Assim, consideramos esta discussão em aberto, pois a busca tramitou em torno de ‘perguntas’ que ressaltaram ao início do debate relacionado à importância da revista *Criança* como tema, como fonte e como objeto para a escrita da história da educação brasileira. Ademais, existem inúmeras ‘perguntas’ a serem feitas. Assim, na abordagem de Lopes e Galvão (2001, p. 92), “[...] enquanto houver perguntas, o material não está suficientemente explorado [...]”.

Referências

ALCÂNTARA, C. M. S. **A presença da psicologia na educação infantil: análise das produções da revista Criança/MEC.** 2005. 206f. Dissertação (Mestrado em

- Educação)-Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.
- BASTOS, M. H. C. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a revista do ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 47-75.
- BICCAS, M. S. **O impresso como estratégia de formação: revista do ensino de Minas Gerais (1925-1940)**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.
- BRASIL. Lei n.º 11.274 de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n.º 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 fev. 2006. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Lei n.º 12.796 de 4 de abril de 2013. Altera a Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 abr. 2013. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.
- BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998a.
- BRASIL. **Revista 'Criança do Professor de Educação Infantil'**. Brasília: MEC, [ca.1996]. (n. 29).
- BRASIL. **Revista 'Criança do Professor de Educação Infantil'**. Brasília: MEC, [ca.1997]. (n. 30).
- BRASIL. **Revista 'Criança do Professor de Educação Infantil'**. Brasília: MEC, 1998b. (n. 31).
- BRASIL. **Revista 'Criança do Professor de Educação Infantil'**. Brasília: MEC, 1999a. (n. 32).
- BRASIL. **Revista 'Criança do Professor de Educação Infantil'**. Brasília: MEC, 1999b. (n. 33).
- BRASIL. **Revista 'Criança do Professor de Educação Infantil'**. Brasília: MEC, 2000. (n. 34).
- BRASIL. **Revista 'Criança do Professor de Educação Infantil'**. Brasília: MEC, 2001. (n. 35).
- BRASIL. **Revista 'Criança do Professor de Educação Infantil'**. Brasília: MEC, 2002a. (n. 36).
- BRASIL. **Revista 'Criança do Professor de Educação Infantil'**. Brasília: MEC, 2002b. (n. 37).
- BRASIL. **Revista 'Criança do Professor de Educação Infantil'**. Brasília: MEC, 2008. (n. 46).
- CARVALHO, A. M. O. T. **Políticas de educação infantil: Mobral, educação pré-escolar e a Revista Criança**. 2006. 229f. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.
- CARVALHO, A. M. O. T. Revista *Criança* completa 25 anos de circulação. **Revista Criança do professor de educação infantil**, n. 44, p. 27-29, nov., 2007
- CHARTIER, R. **O leitor: entre limitações e liberdade**. São Paulo: Unesp, 1999.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. Irene Ferreira; Bernardo Leitão; Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.
- LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. O. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MELO, M. E. K. Como surge o arco-íris. **Revista Criança do Professor de Educação Infantil**, n. 37, p. 19-23, nov., 2002
- NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino: concepções e organização do repertório português. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 11-31.
- OLIVEIRA, W. G. **A imprensa pedagógica como fonte e objeto para uma escrita da história da educação: em destaque a prática pedagógica sugerida ao professor de educação infantil pela Revista Criança (1996-2006)**. 2011. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.
- RODRIGUES, E. **A (re) invenção da educação no Paraná: apropriação do discurso democrático (1980-1990)**. Maringá: Eduem, 2012.
- RODRIGUES, E. A imprensa pedagógica como fonte, tema e objeto para a história da educação. In: COSTA, C. J.; JOAQUIM, J. P. M.; FABIANO, L. H. (Org.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados: UFGD, 2010. p. 311-325.
- SILVA, J. A. **Políticas para a educação infantil em revistas dirigidas: uma análise da revista Nova Escola e revista Criança na década de 1990**. 2006. 184f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

Received on April 25, 2014.

Accepted on September 22, 2014.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.